

## Infância e aprendizagem de violão: questões éticas e metodológicas de uma pesquisa participativa com crianças

### Comunicação

*Douglas da Costa Rufatto*  
*Universidade do Estado de Santa Catarina*  
*dougrufatto@gmail.com*

*Sandra Mara da Cunha*  
*Universidade do Estado de Santa Catarina*  
*sandra.cunha@udesc.br*

**Resumo:** Esta comunicação aborda questões éticas e metodológicas de uma pesquisa de mestrado sobre aprendizagem de violão com crianças. A partir da indagação sobre o papel de crianças e pesquisadores e também sobre as limitações que podem emergir da investigação em curso, o objetivo do texto foi refletir sobre esses questionamentos surgidos na preparação para a entrada no campo da pesquisa. A fundamentação teórica está na educação musical da infância, subcampo da educação musical que integra também a área dos estudos sociais da infância, e parte do pressuposto de que as crianças são sujeitos de direito, com competência para falar de si e participar das decisões que afetam a sua própria formação musical. Como resultado, pontuamos que fazer pesquisa com crianças é uma atividade complexa e demanda uma postura ética e responsável de pesquisadores, e os estudos sociais da infância apontam caminhos que possibilitam contemplar as vozes de todos os participantes, respeitando o direito das crianças de tomar parte nesses processos e nos seus resultados.

**Palavras-chave:** Aprendizagem de violão; Educação musical da infância; Pesquisa participativa com crianças.

### Introdução

Esta comunicação aborda questões éticas e metodológicas de uma pesquisa de mestrado sobre aprendizagem de violão com crianças e tem por objetivo refletir sobre questionamentos que emergiram da preparação para a pesquisa de campo.

A centralidade da investigação em desenvolvimento no mestrado é compreender os modos de fazer e aprender música pela perspectiva de crianças de uma turma de violão de uma escola pública de música da cidade de Chapecó-SC. A pesquisa parte do pressuposto de que crianças são sujeitos de direitos, com competência para falar de si mesmas e participar das decisões que afetam a sua própria formação musical, nesse caso, o aprendizado de violão.

O trabalho está fundamentado na educação musical da infância, perspectiva de investigação que integra os estudos sociais da infância. A educação musical da infância nasce dos diálogos teóricos da educação musical com a sociologia da infância, e toma a infância como marcador social da diferença para pensar processos, práticas e pesquisas dentro do campo da educação musical.

A metodologia a ser adotada será a pesquisa participativa com crianças, que entende a participação infantil como um caminho para a promoção da cidadania das crianças em uma sociedade historicamente adultocêntrica. A participação, nesse caso, vai além do entendimento de senso comum do termo, que geralmente é restrito à ideia de fazer parte de um grupo. Participar, de acordo com os estudos sociais da infância, é um conceito que significa “[...] exercitar a voz própria em um ambiente no qual as crianças são ouvidas com interesse e com respeito a seus pontos de vista, para compor processos e resultados de decisões tomadas” (Cunha, 2023, p. 133).

É importante mencionar que a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisas Envolvendo Seres Humanos da Universidade do Estado de Santa Catarina, e foi aprovada. O número de registro do Certificado de Apresentação de Apreciação Ética (CAAE) é: 81274924.7.0000.0118.

Entre os assuntos apresentados nesta comunicação, discutiremos o papel das crianças e também as limitações de uma pesquisa participativa sobre os modos de tocar violão e aprender música pela perspectiva das crianças.

Como resultado, apontamos os estudos sociais da infância como um caminho para fundamentar pesquisas em educação musical que buscam promover a participação das crianças em contextos de aprendizagem em música. Entendemos ser importante para quem se propõe realizar pesquisa com crianças o acompanhamento de discussões sobre infância, para garantir que tais investigações aconteçam de forma ética e respeite os direitos das crianças, caminhando em direção à construção de conhecimento no campo da música e, também, da cidadania das crianças.

## A infância nas pesquisas: uma brevíssima contextualização

Há muito tempo que estudar a infância é do interesse da academia, pelas mais diversas áreas do conhecimento, conforme afirma Abramowicz (2018, p. 372). Porém, é recente a preocupação em entender como as crianças interpretam e se posicionam perante o mundo e a realidade social em que estão inseridas. Partindo da afirmação de que a infância tende a ser interpretada pela lente de adultos (Alderson, 2005, p. 421), recorreremos inicialmente à literatura para ilustrar os argumentos que serão desenvolvidos ao longo do texto.

Antoine de Saint-Exupéry, no primeiro capítulo do livro “O Pequeno Príncipe” (2018, p. 7-9), conta um episódio no qual uma criança de seis anos é incompreendida por adultos ao mostrar o seu desenho de uma jiboia que havia engolido um elefante. Ocupados demais com os assuntos que consideravam sérios, as pessoas adultas não conseguiram enxergar o elefante no desenho, e o interpretaram como se fosse um chapéu. Elas não hesitaram em desencorajar a possível carreira de desenhista do menino. Nas palavras do personagem de Saint-Exupéry (2018, p.8):

As pessoas grandes aconselharam-me a deixar de lado os desenhos de jiboias abertas ou fechadas e dedicar-me de preferência à geografia, à história, à aritmética, à gramática. Foi assim que abandonei, aos seis anos, uma promissora carreira de pintor. Fora desencorajado pelo insucesso do meu desenho [...]. As pessoas grandes não compreendem nada sozinhas, e é cansativo, para as crianças, ficar toda hora explicando...

Conforme aponta Soares (2006, p. 26), nas pesquisas sobre a infância “[...] se considerava que ao estudar a escola ou a família, principais contextos de socialização da criança, se estava a estudar a criança, aparecendo, no entanto, esta no seu papel de aluna ou filha”. A escolha por interpretar as crianças a partir das lentes da escola ou da família, porém, não era uma decisão arbitrária de pesquisadores. Pelo contrário, era muito bem embasada em teorias que consideravam as crianças como seres incompletos, sem competência para falar sobre si e sobre questões que lhes diziam respeito. Por exemplo, as pesquisas sobre crianças “[...] costumavam medir os efeitos das intervenções de saúde ou educação sobre suas vidas, ou suas necessidades, tais como avaliadas por adultos, ou ainda investigavam seu desenvolvimento e sua socialização graduais rumo às competências dos adultos”. (Alderson, 2005, p. 421).

Da mesma forma que os adultos da história de Saint-Exupéry descreditaram na competência do menino de seis anos para desenhar, e ainda sugeriram caminhos a seguir para que ele se tornasse um adulto competente (o estudo da geografia, da história, do cálculo e da gramática), pesquisadores da infância descreditavam na capacidade das crianças de falar sobre si, e o foco da preocupação em relação a elas era o vir a ser, o ponto de chegada, ou seja, a vida adulta. Nessa visão das crianças como pessoas incompletas, elas eram e ainda são enxergadas em uma posição de espera, que, segundo Nascimento (2018, p. 16), “[...] vai acontecer principalmente na escola, espaço que vai tornar-se prioritariamente ‘o lugar’ das crianças, de sua preparação para o futuro”.

Conforme explicam Fernandes e Marchi (2020, p. 3), é no final da década de 1980, a partir dos estudos sociais da infância, que as pesquisas sobre a infância começam a adotar de modo crescente abordagens teóricas que defendem que as crianças têm um papel central na construção do conhecimento sobre si, e que têm competência para isso. Esse crescimento se acentua, conforme aponta Alderson (2005, p. 421), a partir da Convenção Internacional Sobre os Direitos das Crianças – CDC, de 1989, que prevê às crianças o direito à provisão, à proteção e à participação (UNICEF, 1990). Esse último direito é o menos exercido, dado que, conforme mencionado por Cunha (2023, p. 133), “[...] depende em grande medida dos adultos, que precisam abrir tempos e espaços para as crianças expressarem pontos de vista, para serem ouvidas e consideradas nos processos que as levem a decisões que afetam suas vidas”.

Entre as vantagens de estudar a infância a partir da lente das crianças, Abramowicz (2018, p. 375) afirma que esse é um ponto de vista (e acrescentamos, aqui, de escuta) que nós, pessoas adultas, não podemos mais acessar por nós mesmos, pois, apesar de já termos sido crianças, a infância do presente não é a mesma do nosso tempo. Além disso, criar condições para que as vozes das crianças ecoem, segundo a autora (Abramowicz, op. cit. p. 375-376), é um movimento político, uma vez que inverte a lógica dos processos de subalternização em uma sociedade historicamente adultocêntrica que não considera as vozes das crianças como importantes ou influentes na organização social. Dessa forma, as pesquisas com crianças têm importância significativa em contribuir para que essas vozes sejam ouvidas também no âmbito acadêmico, nas mais variadas áreas do conhecimento, incluindo a educação musical.

## Contextualização da pesquisa

A pesquisa de campo que faz parte da investigação de mestrado em curso está sendo realizada no Programa Arte Cidadã, programa público do município de Chapecó-SC que oferece aulas gratuitas de música, teatro e dança para a população local. A pesquisa de campo envolve crianças de um dos grupos de aulas de violão.

O curso de violão do Programa Arte Cidadã oferece uma modalidade de aulas chamada “Prática Coletiva”, cuja proposta é integrar alunos de diferentes idades e com diferentes conhecimentos e experiências com o violão para fazer música instrumental em conjunto, a partir de arranjos personalizados. O repertório é discutido e negociado entre professores e alunos, e todos participam a seu modo da elaboração dos arranjos, que geralmente são desenvolvidos durante as aulas a partir da experimentação de ideias. As turmas são compostas por até dez estudantes e as aulas são ministradas simultaneamente por três professores, dos quais um dos autores é um deles, assumindo um duplo papel de pesquisador e professor.

Na rotina das aulas semanais, que têm a duração de uma hora e quinze minutos, os participantes são divididos em pequenos grupos que vão sendo definidos a partir da construção dos arranjos. Esses arranjos geralmente partem da seguinte estrutura: um grupo fica responsável pela melodia; outro pela harmonia, a partir da execução de acordes; e outro pelos baixos da música. Com o andar das aulas, conforme professores e alunos vão percebendo as facilidades e dificuldades em executar o repertório, as partes vão sendo adaptadas e, também, novas partes são criadas. Destacamos nesse processo a utilização de recursos percussivos no violão para a criação dos acompanhamentos.

A pesquisa de campo vai durar oito encontros de uma das turmas da Prática Coletiva, da qual fazem parte nove estudantes com idades entre dez e 14 anos<sup>1</sup> e uma aluna de dezoito anos. Alguns alunos frequentam aulas de violão há mais tempo e outros iniciaram neste ano de 2024.

---

<sup>1</sup> Apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) fazer a distinção entre criança e adolescente, sendo considerada criança o indivíduo com até 12 anos incompletos, pela visão da CDC (UNICEF, 1990), da qual o Brasil é signatário desde 1990, são consideradas crianças indivíduos menores de 18 anos de idade. Neste trabalho, adotamos esse entendimento.

## Sobre a metodologia

Na intenção de compreender a perspectiva das crianças sobre os seus modos de tocar violão e aprender música, a investigação em foco será orientada pela pesquisa participativa com crianças (Alderson, 2005; Soares, 2006; Fernandes e Marchi, 2020). A partir do entendimento de que as crianças são atoras sociais, com competência para falar de si e participar das decisões sobre os assuntos que lhes interessam e lhes afetam (Corsaro, 2011), essa pesquisa assume o compromisso de enxergá-las como sujeitos, ao invés de objetos de pesquisa.

Na pesquisa de campo a participação infantil será evidenciada, reconhecendo o direito das crianças de participar das decisões que lhes dizem respeito a partir da escuta de suas falas a serem consideradas na organização das práticas pedagógicas e musicais a serem desenvolvidas. Dessa forma, as atividades serão planejadas aula a aula, visando a potencialização dos caminhos de aprendizagem e práticas musicais observados a partir dessa escuta atenta das crianças.

A criação musical será incentivada, entendendo-a enquanto ação promotora tanto da manifestação e compreensão dos seus mundos musicais, como de sua efetiva participação nesse processo. Nesse sentido, Mateiro (2011, p. 262-263), citando indiretamente Paynter e Aston, (1970) afirma que os autores “[...] compreendem a criança como um ser criativo nato e, por isso, estimulam a criatividade propondo atividades nas quais tanto o professor quanto o aluno têm uma participação ativa e relevante”. Já Schafer (1991, p. 280) afirma “[...] ainda não haver encontrado uma criança que fosse incapaz de fazer uma peça de música original”. É importante pontuar que a criação musical, aqui, é compreendida de forma ampla, dado que além da composição, também poderá envolver improvisações e elaboração de arranjos.

Outra possibilidade de promover a participação infantil será na escolha das ferramentas para a coleta dos dados da pesquisa. A partir do entendimento da necessidade da adoção de múltiplos métodos de coleta de dados (Creswell, 2014, p. 122) para que os significados dos dados sejam analisados de forma abrangente, algumas ferramentas foram previstas, tais como: gravação em áudio das aulas, mediante o consentimento dos participantes; escrita de diários de campo; registros das criações musicais que porventura venham a se concretizar; e a reserva de 10 minutos ao final de cada aula para conversar com

as crianças sobre os rumos da pesquisa, envolvendo repensar atividades, expectativas, ideias e sugestões, entre outros assuntos que possam vir a emergir nesses encontros. Entretanto, pela própria natureza participativa da pesquisa, estaremos abertos a experimentar ideias que partam das próprias crianças, já que estão informadas sobre os processos, objetivos e resultados da pesquisa.

Uma questão importante levantada por Fernandes (2016, p. 773-774) está relacionada à autoria nas pesquisas participativas. Apesar da participação das crianças na indicação dos rumos das atividades que serão desenvolvidas na pesquisa e também da possível intervenção delas sobre as metodologias de coleta de dados, existe uma limitação institucional para seus papéis na escrita da dissertação, já que quem irá escrever o texto final é alguém que detém o poder de decisão sobre quais dados e sobre a forma que eles irão compor a dissertação, que, nesse caso serão as pessoas adultas. Nesse sentido, baseando-se em Komulainen (2007), a autora adverte que

[...] o uso das vozes das crianças como evidência necessita ser considerado com cautela, atendendo aos contextos culturais da sua produção, devendo ser compreendidas em suas particularidades, devendo a sua autenticidade ser interrogada e contextualizada, a sua autoria não deturpada, sob pena de ficarem mascaradas e o conhecimento que daí resultar expressar mais autoria do adulto que da criança. (Fernandes, op. cit, p. 774)

Com base nessa compreensão, torna-se fundamental para quem faz pesquisa desta natureza ter cautela ao analisar os dados. É preciso adotar uma atitude reflexiva e de constante questionamento sobre a autenticidade das falas das crianças que são expostas no texto para que seus pontos de vista não sejam manipulados ou mal interpretados. Deve ser uma constante, portanto, manter as crianças constantemente informadas e cientes dos processos e procedimentos adotados, sobre os objetivos e resultados da pesquisa. Também é importante fomentar uma atmosfera na qual as crianças se sintam à vontade para consentir ou não participar da pesquisa. Da mesma forma, elas precisam ser informadas que poderão desistir a qualquer momento sem que seja gerada nenhuma forma de constrangimento. Esses cuidados possibilitam a realização da pesquisa de forma ética, respeitando as vozes de todos os participantes e promovendo relações mais horizontais no seu decorrer.

## Questões éticas

Durante o processo de preparação para o campo surgiram questionamentos sobre qual postura adotar para que o trabalho se desenvolva de maneira ética, com respeito aos direitos de participação das crianças, mas sem se sobrepor aos seus direitos à proteção e à provisão. Entre essas questões, duas foram bastante latentes: 1) É possível assumir o duplo papel de docentes e de pesquisadores e garantir que a pesquisa ocorra de forma ética? 2) Como estarmos preparados para ouvir as vozes das crianças participantes da pesquisa e potencializar os caminhos de aprendizagem em música apontados por elas? É sobre essas duas questões que trata essa seção.

### Questão 1: É possível ser pesquisadore docente ao mesmo tempo?

Assumir a dupla responsabilidade de participar da mediação das atividades pedagógico-musicais construídas nas aulas e ainda estar atentos à coleta de dados para a pesquisa, pode, de alguma forma, trazer prejuízos ou para a pesquisa ou para as/os participantes? É importante lembrar que quem faz pesquisa desse tipo deve estar muito bem preparado e ter um alto nível de atenção. Entretanto, pela natureza da investigação em questão, que acontece em um ambiente heterogêneo com alunos e professores oriundos de diferentes contextos e realidades sociais e culturais, e que pretende observar os modos de fazer música pela ótica das crianças, conhecer a turma de antemão possui vantagens. Conforme apontam Liebel e Markowska-Manista (2020, p. 1-2), é comum que quem entra no campo somente “de visita” para fazer pesquisas com crianças tenha dificuldades em compreender as crianças e suas realidades, principalmente se as suas condições de vida estiverem distantes das vividas pelas crianças.

Outro ponto a considerar, conforme apontam Liebel e Markowska-Manista (2020, p. 2), é que investigadores que não possuem vínculo com as crianças têm maior propensão de colocar os interesses e direitos das crianças em jogo, em prol da própria reputação acadêmica. Sobre o assunto, Fernandes (2016, p.770) adverte que

[...] quando os investigadores utilizam o seu poder enquanto adultos, não prescindindo dele, nem o acautelando nas relações de investigação que estabelecem com as crianças, para atingirem determinados objetivos

científicos, as dinâmicas de investigação que daí decorrem dificilmente poderão ser consideradas dinâmicas informadas eticamente.

Desse modo, questões importantes para essas crianças podem acabar sendo ocultadas, e elas ficariam invisibilizadas e silenciadas. Nas palavras de Liebel e Markowska-Manista (2020, p. 2, tradução livre), nas pesquisas com crianças, “[...] É necessário buscar sempre que possível criar um entorno epistemológico que permita a investigadoras(es) aproximarem-se das crianças e imaginarem e compreenderem concretamente suas opiniões, preocupações e esperanças no que diz respeito aos seus direitos e condições de vida”.

Portanto, consideramos que os vínculos já existentes entre professor-pesquisador e estudantes nas suas relações de aprendizagem em música no contexto da pesquisa em questão são aspectos facilitadores da compreensão dos modos de expressão, opiniões e condições de vida das crianças participantes.

## **Questão 2: As crianças têm vozes. Mas como fazemos para ouvi-las?**

A partir do entendimento de que as vozes infantis se expressam para além da fala e da voz que canta, englobando múltiplas possibilidades tais como “[...] gestos, movimentos, sons, grafias plásticas, cores, dramatizações, brincadeiras, e também por meio de suas participações ou recusas, pela voz e pelo silêncio” (Nunes; Cunha, 2019, p. 138), é importante se atentar às expressões das crianças para garantir que as perspectivas de todas encontrem espaço para se fazer ver, ouvir e ecoar, assim como é na aula de violão. Por isso é de extrema importância que pesquisadores estejam preparados para combater a invisibilidade de cada participante da pesquisa. Conforme constata Alderson (2005, p. 423), “[...] um dos maiores obstáculos, ao se fazer pesquisas com crianças, é infantilizá-las, percebê-las e tratá-las como imaturas e, com isso, produzir provas que apenas reforçam as idéias sobre sua incompetência”. A autora explica que isso inclui a utilização de linguagem e conceitos simples demais ou induzi-las a respostas superficiais, por exemplo. Porém, adverte que a utilização de métodos e explicações muito complexos pode induzir à percepção de que as crianças são ignorantes ou incapazes.

Procurando evitar compreensões aligeiradas e descontextualizadas das perspectivas das crianças dessa turma de violão sobre seus modos de fazer e aprender música, buscamos apoio em três conceitos propostos por James (2007) para pensar nos significados que são

atribuídos às vozes das crianças, e que foram explicados por Fernandes e Marchi (2020, p. 4-6). O primeiro, a autenticidade, diz ser necessário que pesquisadores desenvolvam uma reflexividade na hora de escrever os relatórios de pesquisa para que os pontos de vista (e acrescentamos pontos de escuta) das crianças não sejam deturpados. O segundo, a natureza da participação, prevê que a pesquisa “[...] deve ser compreendida como um processo realizado com as crianças e não nas crianças, sendo a sua participação nesse processo uma inferência básica”. O terceiro conceito diz respeito à diversidade, advertindo que é necessário ter o cuidado para que todas as vozes sejam respeitadas e não somente as das crianças mais expressivas ou que tenham maior poder ou protagonismo nas relações com os pares e/ou com os adultos.

No livro de Saint-Exupéry (2018, p. 8), o personagem de seis anos diz que as pessoas grandes “[...] sempre precisam de explicações para as coisas. Não compreendem nada sozinhas, e é muito cansativo, para as crianças, ficar toda hora explicando”. A fala do personagem ilustra a necessidade da adoção de uma postura de escuta a ser assumida por quem realiza pesquisa com crianças. Na busca pela aproximação e compreensão dos modos de expressão das crianças nas aulas de violão em que a pesquisa está sendo realizada, trazemos o conceito de dupla escuta (Cunha, 2014), que propõe tanto a escuta das crianças que estão fazendo música quanto a escuta das músicas e dos sons dessas crianças. Koellreutter, importante compositor e educador musical alemão radicado no Brasil, falava sobre a importância de “aprender a apreender do aluno o que ensinar”, conforme relata Brito (2001, p. 31).

Desse modo, é importante que quem se propõe fazer pesquisa com crianças na área da educação musical esteja atento às suas falas, pontos de vista, sugestões, músicas, sons e outras manifestações. Assim, podem identificar e potencializar as práticas musicais apontadas por elas, na intenção de promover relações mais horizontais e garantir que elas possam exercer os seus direitos de participação na aprendizagem da música.

### **Considerações finais**

Este trabalho discute questões éticas e metodológicas de uma pesquisa de mestrado em andamento sobre a aprendizagem de violão com crianças de uma escola pública de música

na cidade de Chapecó-SC. A partir da indagação sobre o papel de crianças e pesquisadores e também sobre as limitações que poderiam acontecer na investigação em curso, o objetivo do texto foi refletir sobre esses questionamentos surgidos na preparação para a entrada no campo da pesquisa.

Fundamentada na educação musical da infância e orientada pela pesquisa participativa com crianças, a pesquisa defende que as crianças são sujeitos de direito e têm competência para falar de si e participar ativamente das decisões que dizem respeito à sua própria formação musical. Pesquisadores, nesse contexto, devem se preparar para ouvir as vozes das crianças e potencializar os caminhos de aprendizagem indicados por elas.

O texto traz uma breve contextualização sobre perspectivas de pesquisas sobre infância. Essas, historicamente tiveram (e possivelmente ainda têm) a tendência ou de estudar as crianças pela lente dos adultos, sendo a família e a escola as instituições que falam em nome delas, ou de pensar na infância como uma fase transitória rumo à uma suposta maior competência adulta. São recentes as abordagens teóricas que defendem que as crianças são centrais na construção de conhecimento sobre si, ainda que dependam de adultos para a escuta de suas vozes.

Sobre a metodologia, a participação infantil será evidenciada nas atividades do campo da pesquisa a partir da promoção de práticas pedagógico-musicais que potencializam os caminhos de aprendizagem que também podem ser indicados pelas crianças. Nessa perspectiva, a criação musical é vista como potencial para a manifestação dos seus mundos musicais. Além disso, outra possibilidade de participação está na coleta de dados, a partir da indicação das crianças de estratégias e ferramentas adequadas ao contexto das aulas que compõem a pesquisa de campo.

Compreendemos uma limitação de pesquisa quanto à participação das crianças em relação à autoria dos trabalhos, já que quem toma as decisões sobre o que comporá o texto da dissertação são os adultos proponentes da pesquisa. Com isso, é necessária uma atitude ética e reflexiva, teoricamente fundamentada, para que as falas das crianças não sejam distorcidas ou mal interpretadas.

Em relação às questões éticas, foi discutido o papel de professores-pesquisadores em uma pesquisa participativa com crianças, concluindo que em investigações de curta duração

como um mestrado, conhecer de antemão a realidade das crianças da turma pode ser pensado de forma positiva, dada a relação já estabelecida com elas. A tendência a manipular os resultados da pesquisa e invisibilizar as vozes das crianças correria menos risco nesse caso. Também foram discutidos alguns conceitos que podem contribuir para o desenvolvimento de uma atitude de escuta das vozes das crianças, destacando-se o conceito de dupla escuta (Cunha, 2014).

Por fim, pontuamos que fazer pesquisa com crianças é uma atividade complexa e demanda postura ética e responsável de pesquisadores. Os estudos sociais da infância apontam caminhos que possibilitam contemplar as vozes de todos os participantes, respeitando os direitos das crianças, sejam as mais expressivas ou as mais reservadas, e por isso torna-se importante conhecer o que vem sendo discutido nessa área para fundamentar investigações no campo da educação musical.

Sobre a pesquisa que aqui colocamos em evidência, a partir do exercício de executar e criar música com colegas, professores e aprendizes de violão, a intenção é a de que as crianças possam exercer seu direito de participação em direção à construção de conhecimento no campo da música e, também, no exercício da cidadania.

## Referências

ABRAMOWICZ, Anete. Sociologia da Infância: traçando algumas linhas. Contemporânea – *Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 8, n. 2, jul.- dez. 2018, pp. 371-383.

ALDERSON, Priscilla. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. *Educação & Sociedade*, v. 26, p. 419-442, 2005.

BRASIL. *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei n. 8069 de 13 de julho de 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 13 abr. 2024.

BRITO, Teca Alencar De. *Koellreutter educador: o humano como objetivo da educação musical*. São Paulo: Petrópolis, 2001.

CORSARO, W. A. *Sociologia da Infância*. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.

CUNHA, Sandra Mara da. Crianças fazendo música: ampliar escutas docentes com a Sociologia da Infância. In: BEINEKE, Viviane (org.). *Educação musical: diálogos insurgentes*. São Paulo: Hucitec, 2023. p. 127-140.

CUNHA, S. M. da. *Eu canto pra você: saberes musicais de professores da pequena infância*. 2014. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CRESWELL, John W. *Investigação qualitativa e projeto de pesquisa*. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

FERNANDES, Natália. Ética na Pesquisa com Crianças: ausências e desafios. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 66, p. 759-779, jul./set. 2016.

FERNANDES, Natália; MARCHI, Rita de Cássia. A participação das crianças nas pesquisas: nuances a partir da etnografia e na investigação participativa. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, 2020.

LIEBEL, Manfred; MARKOWSKA-MANISTA, Urszula. Cuestiones éticas y epistemológicas en la investigación con niños. *Sociedad e Infancias*, n. 5, p. 1-4, 2020.

MATEIRO, T. John Paynter: a música criativa nas escolas. In: MATEIRO, T.; ILARI, B. (Org.). *Pedagogias em educação musical*. Curitiba: Ibpex, 2011. p. 243-273.

NASCIMENTO, Maria Letícia. childhood studies and research challenges: estrangement and interdependence, complexity and interdisciplinarity. *childhood & philosophy*, [S. l.], v. 14, n. 29, p. 11–25, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/childhood/article/view/30537>. Acesso em: 24 jul. 2024.

NUNES, Míghian Danae Ferreira; CUNHA, Sandra Mara da. Etnografia e outras metodologias de pesquisa participativa com crianças: considerações a partir de um jogo de cartas. *Cadernos Cenpec / Nova série*, [S.l.], v. 8, n. 2, may 2019.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. *O pequeno príncipe*. Tradução de Dom Marcos Barbosa. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.

SCHAFER, R. Murray. *O ouvido pensante*. São Paulo: Unesp, 1991.

SOARES, Natália Fernandes. A investigação participativa no grupo social da infância. *Currículo sem fronteiras*, v. 6, n. 1, p. 25-40, 2006.

UNICEF. *Convenção sobre os direitos da Criança*: aprovada em 20 de novembro de 1989. Brasília: UNICEF, 1990. Não paginado. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/convencao-sobre-os-direitos-da-crianca> . Acesso em: 21 jun. 2024.